

CUIDADOS PALIATIVOS EM PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE UMA MACRORREGIÃO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO QUADRIÊNIO 2026-2029

**Carolina Eloi Miranda¹; Marjorie Krystine Marques Assis²; Alexandre Ernesto Silva³;
Selma Maria Da Fonseca Viegas⁴.**

¹Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, MG.

²Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, MG.

³Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, MG.

⁴Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Divinópolis, MG.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados Paliativos. Atenção Primária à Saúde. Política Pública de Saúde.

DOI: 10.47094/ICOLUBRAPECI.2026/RE-5

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saúde é um instrumento de gestão que organiza, orienta e define as ações, metas e prioridades da saúde em um município, perante as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas públicas, em um período de quatro anos. Considerando a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP) instituída no Brasil pela Portaria GM/MS nº 3.681, de 7 de maio de 2024, no âmbito do SUS, este estudo parte da experiência de análise dos Planos Municipais de Saúde da Macrorregião Oeste de Minas Gerais, quadriênio 2026-2029. A análise está inserida em uma pesquisa de mestrado sobre a implantação da Política Nacional de Cuidados Paliativos na Atenção Primária à Saúde (APS).

Os Planos Municipais de Saúde dos 53 municípios foram encontrados no DigiSUS Gestor. O documento deve refletir a análise situacional, diretrizes, objetivos, metas e indicadores. Foi realizada a análise situacional do município com levantamento dos dados, inclusive os contidos nos Relatórios Anuais de Gestão (RAG), analisando e interpretando os indicadores, conjuntamente com indicadores demográficos e socioeconômicos.

O próximo passo foi a identificação e priorização dos problemas, organização das ações de forma lógica e estratégicas, tendo em vista os problemas mais críticos. Assim, pôde ser iniciada a elaboração das diretrizes, metas, objetivos e indicadores, em um ciclo que se reinicia a partir do monitoramento e da avaliação dos resultados obtidos nos RAG.

OBJETIVO

Analisar a inserção dos cuidados paliativos nos Planos Municipais de Saúde dos municípios pertencentes à Macrorregião Oeste de Minas Gerais, referentes ao quadriênio 2026–2029.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental e descritivo realizado a partir da análise dos Planos Municipais de Saúde dos municípios pertencentes à Macrorregião Oeste de Minas Gerais, referentes ao quadriênio 2026–2029.

Os documentos foram obtidos por meio de acesso público nos sites oficiais das prefeituras municipais, secretarias municipais de saúde, Sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento (DGMP) e demais plataformas institucionais disponíveis. Foram incluídos os planos vigentes no período de 2026 a 2029, que estivessem disponíveis integralmente para consulta online. Documentos incompletos, indisponíveis ou que não correspondessem ao quadriênio estabelecido foram excluídos.

A coleta de dados ocorreu mediante leitura integral dos documentos, utilizando um instrumento elaborado pelos pesquisadores para extração das informações relacionadas à presença e inserção dos cuidados paliativos no plano municipal em saúde. Foram analisados aspectos como: menção aos cuidados paliativos, ações previstas, estratégias organizacionais, capacitação profissional, articulação em rede, atenção domiciliar, fluxos assistenciais, financiamento e integração com a Atenção Primária à Saúde.

Por se tratar de pesquisa com documentos de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da análise realizada por esse estudo, foi considerada a presença do termo cuidados paliativos nos documentos dos 53 municípios, considerando que 16 documentos estavam classificados como: não foram encontrados ou em elaboração, 37 documentos disponíveis para a análise, e apenas 13 mencionam o termo, sendo assim, menos da metade dos documentos disponíveis.

Em relação a metas e indicadores para a prática de cuidados paliativos no município, apenas quatro as apresentaram em seus planos de saúde. A presença dos cuidados paliativos limita-se a esses dados. Em nenhum dos municípios houve, nos planos de saúde, a previsão para capacitação de profissionais de saúde em cuidados paliativos ou a destinação de recursos financeiros para este fim. Além, da ausência de fluxos de referência

e contrarreferência. A PNCP é recente e em processo de implantação, portanto torna-se aceitável que a maioria dos municípios ainda estejam no início da implantação ou mesmo não a (re)conheçam.

A Agenda 2030 como plano de ação global, criado em 2015, para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir paz e prosperidade não aponta o termo Cuidados Paliativos. Porém, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) Saúde e Bem-Estar visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o que se enquadra como uma necessária condição de trabalhar a PNCP, para uma atenção essencial perante a finitude da vida.

A menção do termo “Cuidados paliativos” nos Planos Municipais de Saúde da Macrorregião Oeste de Minas Gerais, no quadriênio 2026-2029, é ainda em sua minoria, e não faz referência à capacitação de profissionais para esses cuidados, o que é imprescindível para a destinação de recursos, formação de equipes, criação de protocolos e de fluxos de referência e contrarreferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Planos Municipais de Saúde da Macrorregião Oeste de Minas Gerais evidenciou a baixa incorporação da temática Cuidados Paliativos nos documentos analisados, demonstrando que os municípios ainda se encontram em estágios iniciais de implementação dessa política pública, representados por 13 dos 53 municípios desta macrorregião.

Além disso, apenas quatro municípios estabeleceram metas ou indicadores relacionados à temática, evidenciando fragilidade no planejamento estratégico e na organização dos serviços voltados à assistência paliativa.

Outro achado relevante refere-se à ausência de previsão para capacitação profissional, financiamento específico e construção de fluxos de referência e contrarreferência, elementos considerados essenciais para a efetiva implementação dos cuidados paliativos na Rede de Atenção à Saúde.

Embora a Agenda 2030 não mencione diretamente os cuidados paliativos, sua relação com o ODS 3 Saúde e Bem-Estar reforça a importância da garantia de acesso universal a serviços essenciais de saúde de qualidade. Nesse contexto, os cuidados paliativos podem ser compreendidos como componente fundamental da cobertura universal em saúde e da integralidade do cuidado.

Considera-se que a presença limitada da temática nos instrumentos de planejamento municipal aponta para a necessidade de fortalecimento das estratégias de gestão, educação permanente e organização assistencial relacionadas aos cuidados paliativos na Atenção

Primária à Saúde. Recomenda-se o desenvolvimento de políticas locais, capacitação das equipes multiprofissionais, definição de protocolos e fluxos assistenciais, além da ampliação do financiamento e da articulação em rede, visando garantir cuidado integral, humanizado e longitudinal às pessoas com doenças ameaçadoras da vida e suas famílias.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por meio da concessão de bolsa de Iniciação Científica e Mestrado.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ANGÉLICA, E.; LEANDRO LUIZ GIATTI. Convergências entre planejamento de atenção primária à saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma avaliação de planos municipais de saúde do Brasil e Chile. **Saúde E Sociedade**, v. 31, n. 4, 1 jan. 2022.

Brasil, Ministério da Saúde. Política Nacional de Cuidados Paliativos. 2024. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3681_22_05_2024.html>.

Brasil. Ministério da Saúde. Orientações para a elaboração de Planos Municipais de Saúde 2026-2029 / **Ministério da Saúde**; Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina; Brasília, Ministério da Saúde, 2025.

Planejamento Orientado à Agenda 2030 / **Ministério do Planejamento e Orçamento**. – Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2024. 316 p. : il. – (Série Planejamento Nacional)

TEIXEIRA, C. F. S.; VILASBÔAS, A. L. Q.; JESUS, W. L. A. Proposta metodológica para o planejamento no Sistema Único de Saúde. In: TEIXEIRA, C. F. (coord.). Planejamento em Saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010.

VIEIRA, L. A.; CARVALHO, F. F. B. DE. Planejamento no SUS: a agenda das Práticas Corporais e Atividades Físicas de 2004 a 2023. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 141, jun. 2024.